



MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - GESTÃO

Emitente: Controladoria Geral do Município de Baixo Guandu/ES.

Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Obras.

Gestor responsável: Fabricio Benicio de Brito.

Exercício: 2025

RELATÓRIO

1.1. Introdução

Em atenção ao que dispõe o art. 74 da Constituição da Constituição Federal de 1988, e artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 –LRF, este Controlador Geral do Município de Baixo Guandu/ES, realizou no exercício supracitado, alguns procedimentos de controle, objetivando principalmente avaliar o cumprimento de metas legais estabelecidas para os programas do governo municipal. Bem como, buscou acompanhar a legalidade dos atos administrativos, seus resultados, quanto a eficiência e eficácia no que se refere à execução orçamentária, financeira e patrimonial nos diversos órgão e entidades ligadas à administração pública municipal.

Outros pontos que foram, mesmo que por amostragem, objeto de controle são as providencias adotadas no intuito de garantir uma efetiva busca pelos recursos, sua aplicação de forma correta, bem como, acompanhamento do cumprimento de metas legais quanto aos pagamentos de despesas planejadas e assumidas. Além do apoio incondicional às ações do controle externo deste TCE/ES em suas missões institucionais.

Foram realizados vários procedimentos com o intuito de promover o melhor controle possível quanto às exigências legais vigentes. Assim, passo a apresentar os procedimentos adotados e as constatações e proposições sugeridas e ao final emito Parecer Conclusivo, conforme segue:



1. Itens de abordagem prioritária

1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa realização sem prévio empenho		Lei 4.320/1964, art. 60.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Foram analisados 10 itens e as Despesas da Unidade foram realizadas com prévio empenho

1.2. Gestão Previdenciária

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra Selecionada
1.2.4	Retenção/Repass e das contribuições previdenciárias- parte servidor		• CF/88, art. 40. LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local	Existem 12 itens a serem analisados (folhas de pagamento mensal)	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Foram analisados 06 itens e informo sua regularidade

1.3. Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra Selecionada
1.3.2	Bens móveis e imóveis intangíveis Registro controle		Lei 4.320/1964, art. 94.	Existem 12 itens a serem analisados como ponto de controle (balancetes)	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Foram analisados 06 itens e informo sua regularidade
1.3.3	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação		LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Existem 12 itens a serem analisados como ponto de controle	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Foram analisados 06 itens e informo sua regularidade
1.3.4	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação		Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Existem 12 itens a serem analisados como ponto de controle	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Foram analisados 06 itens e informo sua regularidade

1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra Selecionada
--------	-------------------	-----------------------------------	------------	-------------------------------	--------------	---------------------



1.5. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE		IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Existem 01 item a ser analisado como ponto de controle	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Foi analisado 01 ponto de controle e verificou-se a regularidade

2. Itens de abordagem complementar

2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO e Lei Orçamentária Anual LOA

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra Selecionada
--------	-------------------	-----------------------------------	------------	-------------------------------	--------------	---------------------

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra Selecionada
--------	-------------------	-----------------------------------	------------	-------------------------------	--------------	---------------------

					nos incisos I e II, do artigo 14, da LRF.	
2.2.10	Execução de programas e projetos		CRFB/88, art. 167, I.	Existem 12 itens a serem analisados como ponto de controle	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	Foram analisados 06 itens e verificou-se a regularidade

2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas		LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Existem 12 itens a serem analisados como ponto de controle	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Foram analisados 06 itens e verificou-se a regularidade
2.2.31	Despesa liquidação		Lei 4.320/1964, art. 63.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram observados os pré requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Foram analisados 10 itens e verificou-se a regularidade

2.3. Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Amostra Selecionada
--------	-------------------	-----------------------------------	------------	-------------------------------	--------------	---------------------

2.4. Limites constitucionais e legais



Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra Selecionada
--------	-------------------	-----------------------------------	------------	-------------------------------	--------------	---------------------

2.5. Gestão Previdenciária

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra Selecionada
--------	-------------------	-----------------------------------	------------	-------------------------------	--------------	---------------------

2.5.26	Censo Atuarial		Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Existem 68 itens a serem analisados como ponto de controle	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Foram analisados 02 itens e verificou-se a regularidade
2.5.37	Registro de Admissões		CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Existe 02 itens a serem analisados como ponto de controle	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Foram analisados 02 itens e verificou-se a regularidade

2.6. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra Selecionada
2.6.4	Pessoal teto		CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Foram analisados 02 itens e verificou-se a regularidade

1.2. Constatções e proposições

Após análise geral dos pontos de controle realizados, não foi constatado irregularidades ou ilegalidades por este Controle Interno, entretanto, foi apresentado para o gestor responsável por esta Unidade que se faz necessário o aprimoramento de seu planejamento, visto que no decorrer do exercício financeiro ocorreram excedentes na realização de despesas o que causou transtornos, inclusive necessitando de medidas que limitassem despesas pelo período necessário ao restabelecimento do controle fiscal. Contudo medidas estas adotadas dentro da legalidade.



2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Fabricio Benicio de Brito, responsável pela Unidade Gestora da Secretaria Municipal de Obras de Baixo Guandu/ES, relativa ao exercício de 2025, com o objetivo de comprovar e avaliar os resultados referentes ao cumprimento das metas pré-estabelecidas em Lei, bem como, verificar a qualidade de suas ações quanto à eficiência na execução orçamentária, aplicação dos recursos e controle patrimonial e concluímos que existe pontos mercedores de ressalvas, como por exemplo a dificuldade na gestão dos recursos orçados para o exercício, conforme dito acima, pois verificou-se um excedente nos gastos que ultrapassaram os limites previstos na LOA. Contudo, apesar das dificuldades apresentadas o gestor executou seus programas previstos em legislação específica e manteve controle sobre seus gastos, bem como, mostrou-se eficiente em suas ações.

Em um contexto geral, esta controladoria analisou os pontos de controle realizados e verificou os demonstrativos contábeis e constatou que a Unidade Gestora cumpriu com as normas legais vigentes, aplicando conforme legislação orçamentária os recursos públicos a ela destinados e também atendeu aos preceitos orçamentários, fiscais e patrimoniais pertinente.

Baixo Guandu/ES, 16 de março de 2026.